



Estado do Pará  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
Aprovado P/Unanimidade  
Belém, 25/10/2023

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**  
**PROCESSO Nº. 1527/2023**

**AUTOR (A):** Vereador John Wayne

**ASSUNTO:** Regulamenta a aplicação da Lei 13.709, de 14/08/2018 - LGPD, no âmbito da Câmara Municipal de Belém, e dá outras providências.

**PARECER FAVORÁVEL**

Considerando o que dispõe a Resolução nº15/92- Regimento Interno deste Poder Legislativo em sua alínea "a", inciso I do art. 42, devendo esta Comissão opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições que tramitam nesta Casa de Leis.

Conforme Nota Técnica emitida pela Consultoria Jurídica deste Poder Legislativo, constante das folhas 20 até 23, entende-se que quanto à técnica legislativa o processo está em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95/1998.

Quanto à juridicidade o projeto está em condições de prosseguir, uma vez que, encontra fundamento legal no artigo 71, inciso VI, e artigo 83, da Lei Orgânica do Município de Belém:

*"Art. 71. O processo legislativo compreende a elaboração de:  
VI -Resoluções;"*

*"Art. 83. A Câmara Municipal, através de decreto legislativo, se manifesta sobre as matérias de sua competência exclusiva e, através de resoluções, regula matéria de seu interesse interno, político ou administrativo.*

*Parágrafo único. Os Decretos Legislativos e as resoluções serão promulgados pela Comissão Executiva."*

Em virtude desses aspectos, manifesto parecer favorável à tramitação da matéria em análise.

Sala das Comissões Técnicas da Câmara Municipal de Belém.

**Vereador (a)**  
**Relator (a)**



Estado do Pará  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Presidente

## JUSTIFICATIVA

Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

*Considerando* que é missão da Câmara Municipal de Belém, desenvolver políticas administrativas que promovam prática de boa governança no âmbito legislativo, bem como a implementação das garantias e direitos fundamentais com vistas a efetividade dos valores de justiça e de paz social.

*Considerando* ainda que encontra-se em pleno vigor a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD) que estabelece regras, requisitos e obrigações para o tratamento de dados pessoais, protegendo os direitos de liberdade e privacidade dos titulares dos dados em paralelo ao legítimo interesse da prestação de serviços públicos faz-se necessário a regulamentação, no âmbito do Poder Legislativo das regras de tratamento dos referidos dados.

*Considerando*, por derradeiro, que foi introduzida a Emenda Constitucional nº 115/2022 que incluiu o direito à proteção de dados pessoais no rol de direitos fundamentais do cidadão, não se pode mais fechar os olhos para a realidade de tratamento correto dos referidos dados no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Vem-se apresentar para consideração do douto e soberano Plenário deste Poder Legislativo o seguinte Projeto de Resolução:



Estado do Pará  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

---

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2023**

*Regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, no âmbito da Câmara Municipal de Belém e dá providências correlatas.*

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais, baixa a seguinte Resolução para discipliná-lo:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de Belém.

§ 1º Para os fins desta Resolução, adotam-se as terminologias previstas no artigo 5º e os princípios estabelecidos em seu artigo 6º, ambos da Lei Federal nº 13.709/2018.

§ 2º Esta Resolução não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados por gabinetes parlamentares, lideranças partidárias, frentes parlamentares e Comissões Temáticas, quando o tratamento não utilizar sistemas institucionais da Câmara Municipal de Belém.

Art. 2º Considera-se legítimo interesse da Câmara Municipal de Belém, de que trata o artigo 10 da Lei Federal nº 13.709/2018, sem prejuízo de outras hipóteses previstas em regulamento interno, a promoção da Instituição, a aproximação com a sociedade, a pesquisa histórica, o exercício das atividades de representação do munícipe, de legislar sobre os assuntos de interesse local, de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo Municipal e da aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento da democracia.

Art. 3º A Câmara Municipal de Belém, na condição de Controladora, manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Parágrafo único. O registro de que trata o *caput* também deverá ser realizado por qualquer empresa contratada pela Câmara Municipal de Belém que atue como Operadora de dados pessoais.

Art. 4º As empresas contratadas pela Câmara Municipal de Belém que atuem como operadoras de dados pessoais deverão, independentemente de expressa previsão no edital de licitação anterior, realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pela Câmara Municipal, que verificará a observância das próprias instruções e das normas de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As minutas de contrato contidas nos editais de licitação deverão mencionar expressamente a possibilidade de a Câmara Municipal de Belém verificar e exigir a adoção das instruções e normas de proteção de dados pessoais pela contratada.



Estado do Pará  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Art. 5º Deverá ser estabelecido, pelo Presidente o Comitê de Privacidade de Dados que será instituído mediante Portaria composto por 3 (três) servidores efetivos, que irá nomear um membro para função de Encarregado de Dados Pessoais.

Art. 6º Compete ao Comitê de Privacidade de Dados as seguintes atividades:

- I - monitoramento de dados pessoais e de fluxos das respectivas operações de tratamento;
- II - análise de risco;
- III - elaboração e atualização da Política de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes ao Comitê de Privacidade de Dados serão regulamentadas na Portaria de nomeação dos membros.

Art. 7º Considera-se política de proteção de dados pessoais à compilação de regras de boas práticas e de governança para tratamento de dados pessoais, de observância obrigatória pelos setores da Câmara Municipal de Belém, devendo conter, no mínimo:

- I - descrição das condições de organização, de funcionamento e dos procedimentos de tratamento, abrangendo normas de segurança, padrões técnicos, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, plano de resposta a incidentes de segurança, bem como obrigações específicas para os agentes envolvidos no tratamento e ações educativas aplicáveis;
- II - indicação da forma de publicidade das operações de tratamento, preferencialmente em espaço específico nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, respeitadas as recomendações da Autoridade Nacional;
- III - enumeração dos meios de manutenção de dados em formato interoperável e estruturado, para seu uso compartilhado e acesso das informações pelo público em geral, nos termos das Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI) e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

Art. 8º Ficará à cargo da ouvidoria o tratamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal de Belém.

§ 1º O encarregado pelo tratamento de dados pessoais será nomeado mediante Portaria, respeitando o disposto no art. 5º desta Resolução.

§ 2º O encarregado atuará como canal de comunicação entre a Câmara Municipal de Belém, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como com outras entidades de proteção de dados pessoais.

§ 3º A identidade e as informações de contato do Encarregado serão divulgadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Belém, dando-se ostensiva publicidade.

Art. 9º Além das atribuições de que trata o § 2º do artigo 41 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, cabe ao Encarregado:



Estado do Pará  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

- I - receber reclamações e comunicação dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências, observado o disposto no artigo 4º desta Resolução;
- II- receber comunicações da ANPD e adotar providências;
- III- orientar os servidores e demais colaboradores da Câmara Municipal de Belém respeito das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais;
- IV- executar as demais atribuições determinadas pela Câmara Municipal de Belém ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 10. Mediante requisição do Encarregado, as unidades da Câmara Municipal de Belém deverão encaminhar, no prazo assinalado, as informações eventualmente necessárias para atender solicitação da ANPD, bem como de titulares de dados.

Art. 11. Caberá às Chefias das unidades diretamente ligadas à Mesa da Câmara Municipal de Belém, dentro de suas competências:

- I- observar as recomendações e atender as requisições encaminhadas pelo Encarregado;
- II - assegurar que o Encarregado seja informado, de forma adequada e em tempo hábil, sobre:
- a) a existência de qualquer tipo de tratamento de dados pessoais;
  - b) contratos que envolvam dados pessoais;
  - c) situação de conflito entre a proteção de dados pessoais, o princípio da transparência ou algum outro interesse público;
  - d) qualquer outra situação que precise de análise e encaminhamento.

Art. 12. Os requerimentos do titular de dados, formulados nos termos do artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, serão respondidos pelo Encarregado com o apoio técnico sempre que necessário do Comitê Gestor de Proteção de Dados e das demais unidades da Casa envolvidas.

Parágrafo único. O pedido acerca do tratamento de dados pessoais solicitado pelo titular não se confunde com o pedido realizado com fundamento na Lei nº 12.527/2011, mantendo-se válidos os dispositivos que restringem o acesso a informações pessoais por terceiros, salvo após decorrência do prazo de sigilo, previsão legal ou consentimento expresso do titular.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

  
JONH WAYNE HOLANDA PARENTE  
VEREADOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM